

MUNDO DO TRABALHO E ESTADO DE NATUREZA EM A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA, DE ENGELS

WORLD OF WORK AND STATE OF NATURE IN *THE CONDITION OF THE WORKING CLASS IN ENGLAND*, FROM ENGELS

Gilmário Costa*

“[...] o monstro não é homem, mas pode tornar-se homem quando quiser”.
(STEINBECK, 1982, p. 45).

RESUMO

Neste artigo seguimos uma hipótese de interpretação do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels: a de que a organização da vida social no tempo e espaço que o autor analisou mostrava-se análoga ao estado de natureza hobbesiano, em termos de violência física e simbólica referida ao mundo do trabalho. Configurava-se assim uma situação irônica, pois a “guerra de todos contra todos” abrigava-se então no próprio Estado. Em que pesem as situações deletérias presentes na obra, as suas conclusões não são fatalistas. Apresentam-se alternativas consistentes a esse estado de coisas. O ponto de partida de Engels é a análise das mudanças radicais que a industrialização imprimiu na formação das cidades inglesas e da vida social dos seus trabalhadores. Parecia-lhe, tanto quanto lhe era possível observar, ganhar força um movimento em favor da divisão da sociedade inglesa em duas classes, a do proletariado e a dos proprietários, com o progressivo desaparecimento da pequena burguesia. Esse quadro não seria incontornável, como a história do século XX o demonstrou, contrariando parte das previsões engelsianas – as quais, no entanto, não presumiam possuir uma chave explicativa absoluta da história.

PALAVRAS-CHAVE: estado de natureza; estado social; medo; violência; trabalho.

ABSTRACT

In this paper we offer an interpretive hypothesis for the book *The condition of the working class in England*, by Friedrich Engels: the organisation of the social life, in the time and space which he analysed, was analogous to the Hobbesian state of nature in terms of physical and symbolic violence related to the lives of the working class. Thus, it appeared an ironic situation since the “war of all against all” was then housed in the State itself. Notwithstanding the deleterious situations presented in the work, it shows no pessimistic conclusions. It offers consistent alternatives to this state of affairs.

KEYWORDS: state of nature; state; fear; violence; working.

* Doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás e em Teoria da Literatura pelo Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília. E-mail: gilmario.filosofia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos temas e problemas examinados por Friedrich Engels em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), sobressai um paradoxo aparente: a organização do *estado social* se mostrava análoga ao *estado de natureza* em termos de violência física e simbólica referida ao mundo do trabalho. Semelhante hipótese tornaria problemática a distinção entre essas duas esferas, conforme apresentadas por Thomas Hobbes, para quem o primeiro se caracterizaria pela violência e pelo medo, no qual as relações entre os homens timbram em desconfiança e na possibilidade de infligirem sofrimento e morte uns aos outros. As fórmulas clássicas de “a guerra de todos contra todos” e “o homem é o lobo do homem” resumem essa descrição do universo pré-político da vida histórica da humanidade. A devida resposta a semelhante conjuntura exigiria a cooperação entre os homens mediada por leis na constituição da vida social. Embora não se deva recusar o acerto de alguns aspectos dessa teoria, parecia-lhe escapar a *dialética trágica da política*, discernível em uma ironia imprevista pelo filósofo inglês: esse estado de violência abriga-se agora no próprio Estado. Trata-se de uma via investigativa fecunda que se encontra em diversas passagens da referida obra de Engels.

Seu ponto de partida é a análise das mudanças radicais que a industrialização imprimiu na formação das cidades inglesas e da vida social dos seus trabalhadores. Parecia-lhe, tanto quanto lhe era possível observar, ganhar força um movimento em favor da divisão da sociedade inglesa em duas classes, a do proletariado e a dos proprietários, com o progressivo desaparecimento da pequena burguesia. Esse quadro não seria incontornável, como a história do século XX o demonstrou, contrariando parte das previsões engelsianas – as quais, no entanto, não presumiam possuir uma chave explicativa absoluta da história. O método dialético exige dos pesquisadores que desconfiem precisamente das possibilidades de uma elucidação apriorística do sentido da história, atentos às sucessivas reformulações das suas hipóteses a partir da análise concreta do movimento social.

O filósofo alemão procede a uma análise arqueológica dos custos humanos das grandes cidades inglesas, esforçando-se por evitar que o brilho e o ruído das suas ruas o impedissem de discernir o sacrifício de tantas vidas em prol dos benefícios econômicos de uma minoria. O tão propalado contrato social dos filósofos políticos modernos evidenciava a sua fragilidade a partir das margens da geografia urbana inglesa, com as suas multidões que acolhiam benefícios discutíveis daquele pacto. Este trecho é exemplar a esse respeito, tanto pelas informações que oferece, quanto pelo estilo pungente do autor: “Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só

os descobrimos mais tarde. [...] esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização.” (ENGELS, 2010, p. 67). Na sequência dessa passagem, focaliza-se o individualismo e a indiferença a que a multidão tem de se reduzir nas grandes cidades, em formas de uma vida atomizada. É nesse contexto que se encontra a expressão hobbesiana – mas aplicada ironicamente a um estágio avançado de contrato social: “É por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui explicitamente declarada.” (ENGELS, 2010, p. 68). Os trabalhadores estão, assim, abandonados à própria sorte. As próprias forças de segurança não se dedicam a protegê-los da violência, mas a resguardar a cidade da presença deles. Insinua-se um quadro de *abandono* tanto mais visível quanto é acompanhado pela *presença* de policiais. A burguesia propugnava por ocultar as mortes decorrentes da fome, pois de outro modo poderia incriminar-se a si mesma – uma vez que era a exploração imposta ao conjunto da sociedade a raiz da penúria social. A esse respeito, as investigações policiais, sobre as quais ela tinha influência decisiva, nunca atestavam o verdadeiro motivo de algumas mortes: “Nesses casos, a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma.” (ENGELS, 2010, p. 69).

Adiante, o autor retoma em duas outras passagens essa afirmação de extrato hobbesiano. Na primeira, no exame da competitividade que se torna a mola propulsora do comportamento burguês: “A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa.” (ENGELS, 2010, p. 117. Conferir também a p. 68). Na segunda, em chave acentuadamente mordaz: “Essa guerra de todos contra todos e do proletariado contra a burguesia não deve surpreender a ninguém, porque é apenas a efetivação do princípio imanente à livre concorrência.” (ENGELS, 2010, p. 170).

É necessário, no entanto, tornar mais específicos os propósitos de Engels com esse conceito, por ser constitutivo do contratualismo moderno com o qual o pensamento marxista manteve desacordo profundo. Os pensadores contratualistas fundamentam a legitimidade do Estado no pacto que teria marcado a passagem do estado de natureza para o estado social. Referem-se com isso a um contrato mediante o qual os envolvidos abrem mão de certos direitos com o objetivo de usufruir vantagens recíprocas. Desse evento – se fato histórico ou hipótese lógica, isso varia entre os autores – procede a autoridade central (MATTEUCCI, 1998, p. 272). Hobbes foi um dos seus autores mais influentes. Sustentava que o interesse racional do homem o levaria a abdicar da sua liberdade ilimitada em favor de um poder central e do cumprimento das leis mediante a ameaça de penalidades (KENNY, 2012, p. 58). Desenvolve-se desse modo o pacto entre os homens e o estabelecimento da soberania. Em todo esse processo o fator

segurança ocupa espaço crucial (BOBBIO, 2000, p. 522). No estado de natureza os homens gozavam de liberdade e de relações paritárias com outros homens. Tal situação, contudo, se distinguia pela insegurança e pela ameaça constante, o que tornava sobretudo problemáticas as possibilidades de os homens colherem os resultados esperados pela vida livre que seguiam. Face a essas dificuldades, pareceu-lhes mais vantajoso empreender novo quadro de relações que se encontram na origem do Estado.

Engels apresenta interpretação muito diferente. Sua perspectiva é crítica, pois identifica justo no Estado relações profusas de violência e autoritarismo. O modo como reformula esses termos assume propósitos emancipatórios. Em um trabalho da sua fase tardia, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), ele expõe essa tese por meio do recurso a trabalhos antropológicos diversos, sobretudo os de Lewis Morgan. Acompanha a sucessão dialética das três fases da Pré-História: *estado selvagem*, marcado pela coleta de produtos naturais; *barbárie*, quando se dá a criação de ferramentas e o início da pecuária e da agricultura; e *civilização*, com o desenvolvimento da indústria e a divisão social do trabalho. O fim do direito materno – objeto dos estudos seminais de Jakob Bachofen, mencionados em diversas passagens do livro – implicou mudanças na organização da vida material. Substituiu-se o sistema matrilinear anterior pelo sistema patriarcal¹. A instituição do casamento monogâmico, por seu turno, não significará a configuração de práticas igualitárias, e sim conflituosas entre homem e mulher. Das relações opressivas que fundam essas mudanças históricas sucedem as mais variadas formas de violência. Temos então que as origens do Estado exibem a cumplicidade entre civilização e dominação:

Dado que o Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante. (ENGELS, 2019, p. 158).

Conforme vimos mais acima, Engels serve-se da expressão “estado de natureza” em mais de uma passagem de *A situação da classe trabalhadora*. Embora não a atribua

¹ Benjamin (2010) afirma que a obra prima de Bachofen, *O matriarcado*, teria sido tão pouco lido quanto *A origem das espécies* e *O capital*. Curiosa inter-relação, que não parece ter nada de casual – dois livros fundadores de uma crise da civilização ocidental sobreviveriam mais pela fama e recepção do que pela leitura atenta. É uma ironia considerável. O matriarcado teria antecedido o *pater familias* – com isso torna sem fundamento os pressupostos naturais e a-históricos do domínio patriarcal. Nas sociedades matriarcais, a ginecocracia mantinha relações intrínsecas com o comunismo.

explicitamente a Hobbes, caracteriza-a com termos que não deixam dúvidas com respeito à referência ao filósofo inglês. Seu registro é irônico e crítico: no primeiro caso, porque a menção ao estado de natureza serve à estratégia de caracterizar o estado social; no segundo caso, por excluir na identificação do estado de natureza, ao ser transposta para o estado social, a existência de uma liberdade ilimitada. A análise a que nos propomos demonstra a sua pertinência teórica por conferir materiais complementares para o entendimento das relações entre classe trabalhadora e Estado. Para tornar mais clara essa possibilidade de análise, retomaremos a linha argumentativa básica do conceito de estado de natureza na obra hobbesiana. Não se trata de estudo pormenorizado, dados os nossos limites de espaço. O objetivo é tão somente o de evidenciar o núcleo desse conceito e as suas implicações políticas.

DA VIOLÊNCIA COMO CONSTITUTIVA DO ESTADO DE NATUREZA SEGUNDO HOBBS

As duas obras em que Hobbes desenvolve de modo mais sistemático o conceito de estado de natureza são *Do cidadão* (1642) e *O Leviatã* (1651). Não há propriamente ruptura entre ambas. Notam-se diferenças de ênfase na concepção de homem, por exemplo, que na primeira sublinha o prazer que os homens podem manifestar em privarem uns com os outros, ao passo que na segunda inclina-se pela desconfiança nas relações humanas. Em não existindo um poder que os convença e mesmo os force, sua opção será a de se manterem isolados. Tais diferenças, no entanto, não indicam estruturas argumentativas contrapostas entre si, mas um acento maior na cisão entre estado de natureza e estado civil, notória no texto de 1651: “há algumas indicações de uma semi-socialidade [em *Do cidadão*] já antes de haver a sociedade, o que no *Leviatã* praticamente desaparece” (RIBEIRO, 2002, p. XXX).

A primeira obra descortina o que pareciam ser ao seu autor os móveis últimos do comportamento humano no estado de natureza. Julga oportuno sublinhar as faculdades da natureza humana, com que terá condições de melhor elucidar os objetivos do seu estudo: “As faculdades da natureza humana podem ser reduzidas a quatro espécies: força corporal, experiência, razão e paixão.” (HOBBS, 2002, p. 25). Tais premissas orientam a sua investigação política em termos distintos daqueles desenvolvidos pela filosofia grega, especialmente em Aristóteles, para quem o homem, como *animal político*, seria naturalmente apto para a vida em sociedade. Trata-se, segundo o filósofo inglês, de um pressuposto falso, assente em uma concepção antropológica enganosa. Não é *por natureza* que os homens se associam, de outro modo ficaria por explicar o motivo de se comportarem de maneira muito

diversa uns com os outros – as predileções e desconfianças que uma mesma pessoa pode despertar em diferentes indivíduos. Reside em outro lugar os motivos das suas relações entre si – em *condições acidentais*, vinculadas aos benefícios que esperam haurir uns dos outros: “tais homens não se deleitam tanto com a sociedade, mas com sua própria vã glória” (HOBBS, 2002, p. 27).

O tratamento desse tema permitiria sublinhar sem disfarces os móveis do comportamento humano em sociedade, marcado por competitividade dissimulada nos interesses comuns dos indivíduos reunidos. As regras presentes, ordenadoras desse convívio, não suplantam as paixões humanas, mas buscam conferir-lhes o mínimo de controle e a esperada previsibilidade, conducente à realização dos interesses do grupo, a saber, proteção e possível incremento de condições satisfatórias ao trabalho e a uma vida mais confortável do que aquela constitutiva da vida em natureza. O interesse em si mesmo, acima de qualquer altruísmo, manifesta-se como o sentimento predominante que a devida análise antropológica desvela: “Toda associação, portanto, ou é para o ganho ou para a glória – isto é: não tanto para o amor de nossos próximos, quanto pelo amor de nós mesmos.” (HOBBS, 2002, p. 28). O impulso à vida em sociedade deve-se ao medo, pois a igualdade entre os homens característica do estado de natureza sublinha a possibilidade sempre presente de ferirem uns aos outros – mesmo o mais fraco pode munir-se de meios para suplantar quem o ultrapassaria em força: “São iguais aqueles que podem fazer coisas iguais um contra o outro.” (HOBBS, 2002, p. 29).

O núcleo dos conflitos presentes no estado de natureza se refere ao direito de todos em dizerem de um determinado objeto ou satisfação possível de um desejo: “Isto é meu”. Dessa contraposição no tempo e no espaço advêm tensões de teor variado, que podem culminar no homicídio, sem possibilidade de encontrarem qualquer solução pacífica nesse meio. Assim Hobbes descreve o estado de guerra de todos contra todos²: “não haverá como negar que o estado natural dos homens, antes de ingressarem na vida social, não passava de guerra, e esta não ser uma guerra qualquer, mas uma guerra de todos contra todos” (HOBBS, 2002, p. 33). Sublinhamos acima o fato de a antropologia hobbesiana focalizar o caráter de autointeresse dos

² A célebre expressão “O homem é o lobo do homem”, coerente com essa análise, está presente na epístola que dedica ao Conde William de Devonshire, com que abre o livro. Seu sentido não denota juízo necessariamente crítico, mas descritivo – revela de que se servem os homens, se lhes depara a ocasião de se protegerem: recorrerão sem pestanejar a toda sorte de recursos. Hobbes analisa aqui duas frases aparentemente contrastantes entre si, que conferem ao homem qualificativo de um deus, a primeira, e um lobo, a segunda: “Para ser imparcial, ambos os ditos são certos – que o homem é um deus para o homem, e que o homem é lobo do homem. O primeiro é verdade, se comparamos os cidadãos entre si; e o segundo, se cotejamos as cidades. Num, há alguma analogia e semelhança com a Divindade, através da Justiça e da Caridade, irmãs gêmeas da paz; no outro, porém, as pessoas de bem devem defender-se usando, como santuário, as duas filhas da guerra, a mentira e a violência – ou seja, para falar sem rodeios, recorrendo à mesma rapina das feras.” (HOBBS, 2002, p. 3-4).

homens, explícito no estado natural. É precisamente essa circunstância de uma guerra permanente, que depõe contra os interesses deles, o que os induz a buscarem alternativas atinentes ao estado civil e à associação de uns com os outros – seja para cessar a guerra, seja para diminuir o seu alcance.

Talvez se possa proceder a uma espécie de “inversão do homem de Hobbes”, para retomarmos a célebre inversão do idealismo hegeliano a que o materialismo dialético marxiano teria conduzido. Não é por serem os homens *naturalmente* competitivos que geram normas e instruem a competitividade em suas múltiplas relações. Tal caracterização é *acidental* e ligada a circunstâncias históricas do desenvolvimento da civilização ocidental, a quem se deveria o fato de os indivíduos orientarem-se por determinado comportamento e expectativas nem sempre conscientes uns em relação aos outros. Em “sociedades contra o Estado”, para nos servirmos da expressão de Pierre Clastres (1979), seriam concebíveis outras formas de convivência. Nesse sentido, a competitividade, nos termos em que Hobbes a descreveu, não é um *a priori* histórico, mas devida a conjunturas variadas *a posteriori*.

O segundo livro em que trata do conceito de estado de natureza, *O leviatã*, sublinha, no capítulo XIII – intitulado “Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria” –, uma visão competitiva da vida. Sua asseveração da igualdade entre os homens no estado de natureza não guarda a possibilidade de cooperarem entre si, e sim a violência latente de uns em relação aos outros: “Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo” (HOBBS, 1983, p. 74). Cada um buscará para sua conservação elaborar pela força ou pela astúcia meios com que dominarem outros homens, o que se explicaria precisamente pela igualdade entre eles perante a natureza – resultado paradoxal da competitividade advinda da igualdade que se resolverá em formas diversas de desigualdade e dominação, nesta passagem da capacidade à efetuação do poder: “Consequentemente esse aumento do domínio sobre os homens, sendo necessário para a conservação de cada um, deve ser por todos admitido.” (HOBBS, 1983, p. 75). Mais especificamente, as causas da discórdia entre os homens seriam a competição, a desconfiança e a glória. Esse estado de coisas encontra na guerra latente entre os homens a sua natureza íntima, conforme o autor observa, com notável percuciência: “Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida.” (HOBBS, 1983, p. 75).

Em descrição plástica e rica, o estado de natureza emerge como o antípoda da civilização – ou como o seu outro, cuja ameaça iminente não escapou ao olhar atento de Engels,

de que nos ocuparemos nas próximas seções: “Numa tal situação não há lugar para a indústria [...] não há cultivo da terra, nem navegação [...] não há construções confortáveis [...] não há conhecimento da face da Terra [...] E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.” (HOBBS, 1983, p. 76). Essa análise é tributária de um olhar lúcido sobre o comportamento humano, posto que os diversos ângulos da sua investigação sejam passíveis de crítica, como examinaremos adiante.

O trabalho de Engels demonstrará que, por sorte de notável ironia dialética, serão precisamente esses aspectos atinentes ao estado de natureza que sobressaem na situação da classe trabalhadora na sociedade capitalista inglesa. A vida social aqui não oferecerá a esses homens e mulheres os primores da civilização, mas a primazia da competitividade e a eminência da solidão, miséria e temor recorrente da morte. Ademais, Engels manifesta dúvidas, em um trecho de uma carta ao filósofo russo Pyotr Lavrov, sobre os fundamentos da teoria hobbesiana. Critica precisamente essa visão competitiva, que se lhe afigurava pouco acurada se considerados os avanços do conhecimento da evolução humana em seus estágios iniciais, quando a vida em grupo parecia constituir a regra: “*I cannot, on the other hand, agree that the borjba vsëch protiv vsëch [guerra de todos contra todos] was the first phase of human evolution. I should regard the social instinct as one of the most essential factors in the evolution [...]. The first humans must have lived in bands and, as far back as we can see’.*”³ (ENGELS, 1991, p. 109). A esse desacordo entre os dois pensadores se associa, conforme estamos buscando demonstrar neste artigo, um outro ainda mais profundo, relativo à passagem do estado de natureza ao estado civil, cujos resíduos se constituem em matéria de reflexão recorrente no campo marxista com respeito ao sentido e à função do Estado moderno. De modo mais específico, a Revolução Industrial, com as mudanças que imprimiu ao mundo do trabalho e à urbanização das cidades, subverteu o estado social em máscara do estado de natureza.

O CAPITALISMO INDUSTRIAL E A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Engels empreende um esforço coerente de compreensão do capitalismo industrial como um sistema com repercussões nos mais variados setores da vida humana: relações internacionais; organização econômica, política e jurídica; artes; urbanização e mundo do

³ Tradução: “Não posso concordar que a *guerra de todos contra todos* tenha sido a primeira fase da evolução humana. Eu tenderia a considerar o instinto social como um dos fatores principais na evolução humana [...] Os primeiros humanos devem ter vivido em bandos, até onde podemos ver”.

trabalho. Vamos nos ocupar nesta seção apenas com estes dois últimos aspectos, escolha metodológica que fazemos conscientes da dificuldade de nos afastarmos dos demais fenômenos resultantes do capitalismo industrial.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra inseria-se nos debates contemporâneos sobre o pauperismo na sociedade europeia, decorrente da Revolução Industrial. Intelectuais de todos os matizes ideológicos manifestaram preocupação a respeito. No entanto, ao texto de Engels não faltará originalidade no exame do problema, especialmente no tratamento conferido à nova fase do capitalismo, na proposta de solução do problema – não mais tributária de ações filantrópicas – e na ênfase na importância histórica do proletariado: “põe o proletário, o trabalhador urbano-industrial, enquanto *classe*, como *sujeito revolucionário*, qualificado para promover a sua *autoliberação*” (NETTO, 2010, p. 32). Tal resolução comparece logo nas páginas iniciais, intituladas “Às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha”, escritas originalmente em inglês, em que se distingue o internacionalismo do autor e a tomada de posição explícita em favor da classe que julgava ser explorada: “verifiquei que sois *homens* – não membros de uma nação isolada, puramente *ingleses* –, membros da grande e universal família da *humanidade*” (ENGELS, 2010, p. 38). Também se deve pôr em relevo o método de que se serviu, que lhe permitiu realizar uma análise sem precedentes da classe trabalhadora em sua relação com a totalidade do sistema industrial. Dessa pesquisa sobressai, por sua relevância explicativa, a análise dos impactos sociais advindos desse massivo processo de industrialização-urbanização, que ocupa a parte mais substancial do livro. Dessa maneira, Engels “*produces his most mature contribution to social science, an analysis of the social impact of capitalist industrialization and urbanization which is still in many respects unsurpassed*” (HOBSBAWM, 2007, p. 12)⁴. Toda estrutura de opressão e sofrimento aqui descrita tem a sua contraparte dialética, crucial ao entendimento do movimento histórico nos termos de Engels: conduz à tomada de consciência do proletariado como classe, infenso às diversas formas de ilusão da vida burguesa⁵.

⁴ Tradução: “oferece a sua contribuição mais madura às ciências sociais, uma análise do impacto social da industrialização e urbanização capitalistas que ainda permanece em muitos aspectos insuperada”.

⁵ Sobre a atualidade do livro, conferir o artigo de Anne Dennehy (1996). Ela demonstra que as análises desenvolvidas por Engels mantêm interesse aos historiadores. Muitos críticos contemporâneos sustentaram que as mudanças nas sociedades capitalistas ao longo do século XX, sobretudo a britânica, com toda uma armadura de direito de que se beneficiariam os trabalhadores, recomendaria tomar como ultrapassado o estudo engelsiano. A pesquisadora julga serem improcedentes tais argumentos, e refere, como contraponto, diversos dados que sublinham o aumento da desigualdade e da pobreza sob o governo de Margareth Thatcher, por exemplo (DENNEHY, 1996, p. 98). A isso importa acrescentar a perspectiva revolucionária que anima o livro, embora nunca sacrifique o rigor do método e a atenção aos dados empíricos (DENNEHY, 1996, p. 98s).

No curso da investigação sobre as mudanças econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial, Engels apresenta a importante diferença entre camponês e proletário: este, diferentemente do primeiro, não é proprietário dos seus meios de produção. Podem-se ler aqui notas sobre a vida do camponês, marcadas por estilo brilhante e certo teor proposital de idealização. Observe-se esta passagem: “Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônios. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente.” (ENGELS, 2010, p. 46). Ao quadro idílico anterior, o autor contrapõe dialeticamente os planos negativos da existência camponesa, a que a Revolução Industrial haverá de exigir resposta radicalmente diversa: “Raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da Bíblia.” (ENGELS, 2010, p. 47). Tudo isso se transformaria com as novas formas técnicas de produção de tecidos, com impactos decisivos na antiga organização da vida camponesa, tornando os seus trabalhadores em proletários nas fábricas de tecelagem (ENGELS, 2010, p. 48s). Observa-se então o crescimento do capital, por um lado, e a perda de segurança no trabalho, por outro lado. Vai-se delineando igualmente o crescimento da população urbana, que podemos avaliar a partir de um quadro comparativo do número de habitantes de algumas cidades inglesas nos anos de 1801 e 1831. Tome-se o exemplo de Leeds, que passou de 55 mil para 123 mil (ENGELS, 2010, p. 53). À fabricação de lã em grande escala somam-se a produção de ferro, com exploração de minas para a extração do produto e mudanças significativas na agricultura, que se beneficiou do progresso científico.

Ao *plano histórico* do surgimento do proletariado urbano acrescenta-se o *plano espacial*, com descrição e análise pormenorizadas das condições miseráveis das residências dos moradores no Reino Unido – serve-se também de fontes relativas a cidades irlandesas e escocesas. Em todas elas, são notórios os casos de famílias inteiras ocupando quartos minúsculos, quase sem móveis, higiene precária e miasmas das ruas onde corre esgoto a céu aberto. Não escapa ao olhar atento do autor as mudanças na coloração dos tijolos com os quais se constroem as casas dos operários, devidas à ação da fumaça das fábricas, que confere a esses bairros uma aparência sombria. Detém-se na peculiaridade da cidade de Manchester, com a sua organização urbana que escondeu em seus arredores a miséria das residências das classes trabalhadoras. Com uma nota de sarcasmo, Engels escreve, em passagem com notáveis contrastes dialéticos: “sempre dão conta de esconder dos ricos senhores e de suas madames, de estômago forte e nervos frágeis, a miséria e a sujeira que são o complemento de seu luxo e de

sua riqueza” (ENGELS, 2010, p. 89). Rompe-se o véu da bela aparência que escamoteia a miséria sobre a qual se funda a riqueza da cidade, por meio de um método crítico fecundo em possibilidades hermenêuticas.

Engels atravessa o envoltório estético de Manchester e dirige-se aos bairros operários, testemunhando a degradação das condições de vida das multidões miseráveis. Divisa na economia industrial uma das causas proeminentes desse descalabro. A pobreza repercute nas roupas e calçados – vestimentas em farrapos e muitos que andam descalços (ENGELS, 2010, p. 109). Observa-se quadro idêntico no caso da alimentação. A oferta de produtos prescinde do mínimo de cuidado e qualidade, não raro havendo notícia de fraudes e até mesmo da venda de carne putrefata. Engels funda as suas análises na remissão às condições econômicas reinantes, as quais, embora não retirem a responsabilidade aos agentes, permite-lhe resistir à perspectiva moralizante. Semelhante método oferece a vantagem de se interpretar tais relações sociais com visão mais ampla.

A consequência desse processo é dupla: a vida social se fragmenta nas grandes cidades, se comparada com as associações comunitárias características da vida no campo; e a competitividade entre burgueses, que não raro repercute no modo como os próprios trabalhadores se relacionam entre si. Nesse contexto, a “guerra de todos contra todos” não pode ser considerada um aspecto residual tendente à superação em estágios mais avançados do processo histórico, e sim uma estrutura administrada e constitutiva da vida desse mesmo sistema.

CONCORRÊNCIA E SUPERAÇÃO FRACASSADA DO ESTADO DE NATUREZA

Depara-se-nos no início do capítulo “A concorrência” um resumo dos passos da exposição do autor até àquela altura do livro. Esclarece que parte dos camponeses abandonou a agricultura e ocupou-se dos trabalhos na indústria têxtil, enquanto pequenos agricultores perderam as suas terras e se dirigiram às cidades; entretantes, pequenos burgueses, na impossibilidade de fazerem face à concorrência dos grandes proprietários, tiveram de converter-se em proletários. Em todos esses fenômenos repercute o papel decisivo das estratégias concorrenciais, ligadas ao desenvolvimento da indústria, de que decorreria a concentração de capital nas mãos de poucos proprietários. É por isso que o autor afirma: “desde o início da revolução industrial, a concorrência deu origem ao proletariado. [...] Por esses meios e modos, a concorrência – manifestando-se em toda a sua plenitude e livremente potenciada na indústria moderna – criou e desenvolveu o proletariado” (ENGELS, 2010, p. 117). Esse estado

de coisas grassa não apenas entre as classes, mas também entre os membros de um mesmo grupo. Em que pesem os efeitos deletérios que produz no seio da sociedade, estrutura-se como se fosse impossível imaginar-se outra ordem de relações – configura uma inversão irônica do contrato social, na qual se legitima o descumprimento da promessa de segurança que inicialmente o acompanhou nos primeiros pensadores políticos modernos. São consideráveis os efeitos políticos dessa concorrência entre os trabalhadores. A isso muitos dentre eles procuraram contrapor associações, que tiveram de enfrentar a resistência ferrenha dos burgueses.

O diagnóstico crítico do autor avalia as condições desiguais do pretense contrato estabelecido entre os burgueses e a classe trabalhadora. O operário, nos termos de Engels, dada a desigualdade no trato das suas relações com os burgueses, seria um escravo da classe proprietária, e não de um indivíduo específico. É apenas nesse sentido que se diferencia dos escravos antigos. Aqui se lê mais uma passagem escrita habilmente no recurso à ironia e aos contrastes, na qual também avalia os acertos e equívocos de Malthus: este “tem razão ao sustentar que sempre há população supérflua, indivíduos demais no mundo – apenas equivocou-se de todo ao sustentar que há mais indivíduos do que aqueles que os meios de subsistência existentes podem alimentar” (ENGELS, 2010, p. 122). Essa situação se reflete no surgimento de um grande número de trabalhadores desempregados com impactos no valor dos salários e na aceitação de condições insalubres de trabalho. As décadas seguintes à analisada por Engels confirmariam a importância dessa estratégia de manutenção de um grande número de desempregados⁶, a pressionar para baixo os salários e inibir as possibilidades de reação a essa conjuntura, reveladora da ironia que a expressão “trabalho livre” mal conseguiria disfarçar: “mesmo a liberdade de contrato para os trabalhadores [...] pouco parecia ameaçar os lucros, já que o ‘exército industrial de reserva’ (como Marx o chamou) [...] parecia manter os salários em um nível satisfatoriamente modesto” (HOBSBAWM, 2007, p. 65).

A esse “exército industrial de reserva”, nos termos de Marx, contribuiu decisivamente a imigração irlandesa. Na descrição e análise das condições de vida da população irlandesa que vivia na Inglaterra, ele concede ênfase à miséria das famílias e, também, à precariedade da higiene e das roupas esfarrapadas, bem como ao alcoolismo. Não é fácil discernir, na objetividade desse relato, o limite entre a denúncia sem concessões e o tom severo, sobretudo

⁶ Engels serve-se da expressão “exército de trabalhadores desempregados”, apenas ligeiramente diferente do que Marx denominaria “exército industrial de reserva” algumas décadas adiante, em *O capital*.

quando compara a suposta rudeza dos hábitos irlandeses à civilidade inglesa. Pode-se objetar que o interesse do autor se concentra na análise histórica, e não na ênfase na suposta essencialidade de determinadas culturas. Mesmo assim, seria difícil superar o mal-estar perante considerações como estas: “Tudo, no irlandês, favorece o alcoolismo: seu caráter meridional, frívolo, sua grosseria, que o situa quase ao nível de um selvagem, seu desprezo pelos prazeres mais elevados.” (ENGELS, 2010, p. 133-134). Em que pese a descrição sobremodo questionável desses grupos⁷, o autor expõe e examina as hipóteses mais plausíveis para a existência do elevado nível de alcoolismo entre eles: “Um pobre diabo como esse deve experimentar pelo menos um prazer *qualquer*; a sociedade o excluiu de todos, exceto um – o de ir beber aguardente à taberna.” (ENGELS, 2010, p. 133). Eric Hobsbawm conduz adiante essas investigações, aduzindo o contexto amplo de desmoralização dos pobres nas cidades modernas, em especial as inglesas, na segunda metade do século XIX. Face às péssimas condições de vida nas cidades para os trabalhadores pobres, habitações insalubres e epidemias diversas, era considerável a sedução por uma “fuga” proporcionada pelo uso de bebidas alcoólicas: “O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou ‘uma peste de embriaguez’ em toda a Europa.” (HOBSBAWM, 2007, p. 224).

Em tom acusatório, mas a que não falta sobriedade, Engels sustenta que o modo como a classe burguesa trata os trabalhadores em seu país, condenando-os a uma vida precária e mesmo à morte miserável, merece o qualificativo de assassinato. Mais especificamente, trata-se de assassinato social: “Cabe-me demonstrar que na Inglaterra a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como *assassinato social*.” (ENGELS, 2010, p. 136). O teor de denúncia aqui manifesto sublinha não apenas as dificuldades materiais dos trabalhadores, mas também as psicológicas. A acusação de “assassinato social” é referida adiante à mortalidade infantil. O autor estuda os relatos de morte por esmagamento, afogamento, queimaduras graves:

Essas pobres crianças, que morrem de forma tão horrível, na verdade são vítimas de nossa desordem social e da classe proprietária interessada na manutenção dessa

⁷ O autor esbate semelhante caracterização pejorativa nesta passagem, embora seu elogio aos irlandeses exiba certa ambiguidade: “Sob muitos aspectos, os irlandeses relacionam-se com os ingleses assim como os franceses com os alemães e a mescla do temperamento irlandês, mais leve, mais emotivo, mais caloroso, com o temperamento inglês, tranquilo, perseverante, refletido, há de ser, a longo prazo, proveitosa para as duas partes. O egoísmo brutal da burguesia inglesa estaria muito mais enraizado na classe operária se o caráter irlandês, generoso ao limite da abnegação, fortemente dominado pelos sentimentos, não atenuasse, seja pela mistura de raças, seja pelas relações cotidianas, o caráter inglês, frio e racional.” (ENGELS, 2010, p. 162).

desordem e, paradoxalmente, não sabemos se essa morte dolorosa e terrível não constitui um benefício, que poupa a essas crianças uma vida de miséria e privação, rica em sofrimento e pobre em alegria. Eis o ponto a que chegamos na Inglaterra, onde a burguesia, que sabe todos os dias pelos jornais o que está ocorrendo, mantém-se inteiramente despreocupada. Burguesia que não poderá queixar-se quando, apoiado na documentação oficial ou não que citei e que ela deve conhecer, eu a acuso abertamente de assassinato social. (ENGELS, 2010, p. 149).

Ao descuido com a saúde dos trabalhadores corresponde a forma precária e ineficiente com que é oferecida a educação. As igrejas, por exemplo a metodista, eventualmente se ocupam da instrução dos seus membros, mas sem apreço significativo pela qualidade e relevância do conteúdo que ministram. Por fim, a classe dominante amiúde prefere a ameaça da lei à formação moral minimamente satisfatória. Delineia-se assim nitidamente o quadro de abandono do proletariado em todos os níveis da sua existência.

A escassez e a miséria enfrentadas pelos trabalhadores ingleses os inclina não apenas à embriaguez, mas também ao desregramento sexual. Este se revela de diversas maneiras, sendo uma delas a prostituição. A burguesia critica frontalmente tais excessos, sem admitir a sua responsabilidade de fato pela existência de toda essa conjuntura, inclusive pela própria existência da prostituição, da qual se beneficia. Quando se referem aos excessos e equívocos da classe trabalhadora, os burgueses mantêm-se em nível moralista, sem atinarem às causas do comportamento que reprovam, muito menos reconhecem a sua própria responsabilidade com o descabro contra o qual pretendem voltar-se: “De fato, as exigências que o burguês, do alto de sua olímpica autossatisfação, faz ao operário são demasiado ingênuas.” (ENGELS, 2010, p. 167).

As descrições e as análises contundentes do autor, no entanto, jamais o impelem ao pessimismo ou qualquer tipo de espírito fatalista, que se congratularia com alguma algaravia abstrata sobre a maldade incoercível do coração humano. Diferentemente, divisa no horizonte histórico possibilidades dialéticas de práxis revolucionária que não apenas resista, mas reorienta a ação da classe trabalhadora. É coerente com a recusa a uma só vez epistemológica e política de naturalização do movimento da história.

REBELDIA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Em diversas passagens do seu livro, Engels acompanha as lutas da classe trabalhadora em favor de condições minimamente satisfatórias de exercício do seu trabalho. Não apenas isso – interessa-lhe também sublinhar as experiências que levaram setores desse grupo a assumirem pauta mais radical, atenta à necessária subversão do próprio modo de produção capitalista.

Move-se diligentemente no estudo das pequenas vitórias e grandes derrotas desses homens e mulheres, sem jamais perder de vista a potencialidade revolucionária do momento, mesmo em meio a casos de repressão sistemática.

Destarte, não ocorre ao autor destilar um pessimismo idealista que demonstre espécie de desespero abstrato da racionalidade perante os resultados da história, conquanto referisse passagens em que a gravidade das condições de trabalho o colocava no limite das possibilidades da expressão escrita. Tal é o caso dos relatos de deformações físicas dos trabalhadores, devidas ao excesso de trabalho – problemas graves de coluna, joelhos, tornozelos, ossos das pernas (ENGELS, 2010, p. 190s). Parte dessas informações procedia de observações de médicos e cirurgiões. Entre os responsáveis, despontam, ironicamente, os industriais filantropos: “Mas são os industriais filantropos do distrito de Macclesfield, especializados em seda, que, parece, têm a maior responsabilidade nisso, inclusive porque empregam em suas fábricas crianças muito pequenas, de cinco ou seis anos.” (ENGELS, 2010, p. 191). Diversas mulheres manifestaram problemas nos partos e mesmo abortos. Nos termos de Engels, trata-se de uma atitude bárbara imporem a elas trabalho estafante nas fábricas em fase de gravidez avançada (ENGELS, 2010, p. 198). Embora o qualificativo “bárbaro” seja discutível, por suas vinculações ideológicas, mantém-se nessa passagem a possibilidade de se sublinharem os componentes nada civilizados inscritos no seio mesmo de uma orgulhosa civilização.

A despeito do caráter sombrio dessa descrição, o autor investe no exame de vias de se confrontar semelhante estrutura na qual os trabalhadores limitam-se a peças de uma engrenagem pretensamente insuperável. Ele intui nos motivos de alguns crimes, tais como os furtos, uma forma de revolta contra a propriedade e o sofrimento que dissemina. Parece-lhe, no entanto, uma forma vã de rebeldia. Os operários, cientes disso, buscam organizar-se coletivamente, de modo que encontrem resultados mais efetivos em sua luta. Os primeiros movimentos são marcados por ofensiva contra as máquinas, às quais tributavam as causas da sua miséria e exploração. Essas primeiras ações, no entanto, ainda revelavam fragilidade na organização e em seus propósitos. Os operários conquistam o direito de associação mediante uma lei de 1824. Uma das finalidades dessas organizações é a de negociar coletivamente com os patrões níveis salariais mínimos e melhores condições de trabalho. Engels examina ainda o recurso à greve, pelas associações, especialmente a sua força e os limites. Estes dizem respeito às pressões e suborno utilizados pelos burgueses. Mais eficiente seria a união dos trabalhadores, de modo que resistissem a toda forma de exploração disfarçada no estímulo à concorrência. A solidariedade, quando não consentisse com a concorrência entre os trabalhadores, significaria

ameaça considerável ao poder burguês. De todo modo, as greves funcionariam como “escaramuças de vanguarda”, visto que renunciavam a batalha final entre proletários e burgueses, e exigiram dos trabalhadores ingleses tanta coragem quanto a que os revolucionários franceses demonstraram:

Na verdade, não é pouca coisa para um operário, que conhece a miséria por experiência, ir voluntariamente ao seu encontro, com a mulher e os filhos, e suportar fome e privações por dias e meses e permanecer, apesar de tudo, irreduzível e inabalável. Que coisa é a morte, que coisa são as galés que ameaçam os revolucionários franceses, diante da visão cotidiana da família esfaimada, diante da certeza da vingança subsequente da burguesia, que os operários ingleses preferem a submeter-se ao jugo da classe proprietária? (ENGELS, 2010, p. 259).

É exemplar acerca da necessidade de união entre os trabalhadores o caso dos mineiros. As péssimas condições de ventilação, a hipertrofia de certas partes do corpo e a aspiração de substâncias perigosas ocasionavam o seu envelhecimento precoce. Engels (2010, p. 282) expõe diversos casos de explosões e desmoronamento das minas, resultado da negligência dos burgueses, que escolheram não fazer investimentos em poços de areação, por exemplo: “Ademais, a qualquer momento as galerias desmoronam, parcial ou totalmente, sepultando ou esmagando os trabalhadores. E isso sem contar o mau estado dos cabos pelos quais os mineiros descem aos poços.” Ao enfrentar tais dificuldades, a greve dos mineiros foi decisiva na conquista de medidas de proteção que os burgueses se recusavam a observar. A vitória do movimento deveu-se à união desses trabalhadores, estratégia que iluminaria os rumos de vitórias ainda maiores do proletariado no futuro, até a derrota de todo esse edifício montado a partir dos interesses das classes proprietárias. A escolha estilística do autor não poderia ser mais apropriada, com a modulação dialética da escrita – não tardaria a que esses trabalhadores, nos subterrâneos do modo de produção capitalista, abalasses as bases de sustentação de toda essa sociedade: “Pouco a pouco, escava-se subterraneamente o terreno em que a burguesia pisa e, um dia, todo o seu edifício estatal e social desabarará, juntamente com a base em que se apoia.” (ENGELS, 2010, p. 291).

Engels examina diligentemente os motivos da existência de instituições beneficentes na Inglaterra. Não lhe parece que expressassem a generosidade dos burgueses cristãos, e sim uma tentativa de escamotear um duplo propósito: a exploração dos trabalhadores, raiz da sua efetiva miséria, e o ocultamento do “espetáculo da miséria”, conduzindo às casas de acolhimentos pedintes e mendigos. Tais observações, como esclarece o autor, dizem respeito às relações entre os burgueses e os trabalhadores tomados individualmente. Mas seria também importante

ocupar-se das relações entre classes. A investigação detém-se na parcialidade da justiça, inflexível com os pobres, e servil com os grandes proprietários: “A parcialidade dos juizes de paz, particularmente no campo, supera a imaginação e é tão usual que os jornais noticiam os casos menos clamorosos sem qualquer comentário.” (ENGELS, 2010, p. 313).

Por meio de pesquisa minuciosa, Engels expõe os casos numerosos e recorrentes de tratamento desumano conferido aos residentes nas casas de trabalho – no contexto do exame das relações de *classe* entre burgueses e proletariado⁸. O método do autor, de extrato histórico e sociológico, permite-lhe devassar os móveis ocultos em semelhante tratamento – vinculados à dominação de classe, ou ao que Marx chamaria adiante de “luta de classes”. Pode-se a isso acrescentar componentes psicológicos, consentâneos com a base material de todo esse processo: trata-se de um profundo ódio contra a classe trabalhadora e, mais especificamente, os pobres. Provavelmente, o corpo administrativo dessas casas de trabalho não chegaria a tal nível de degradação moral e negligência se os sentimentos de indiferença que demonstravam não estivessem há muito arraigados nos responsáveis. Desconsideração e desrespeito similares se notabilizavam nos enterros dos pobres: “Assim na morte como na vida: os pobres são enterrados do modo mais desrespeitoso, como animais abandonados.” (ENGELS, 2010, p. 322).

As observações finais do livro dizem respeito ao socialismo e ao comunismo. Este não advogaria a violência cega, nem estimularia a vingança contra indivíduos. Sua força reside na supressão de um sistema responsável precisamente pelos antagonismos de classe: “O comunismo, segundo seus princípios, considera justificado o antagonismo entre o proletariado e a burguesia do ponto de vista histórico e válido para o presente, mas não para o futuro; por isso, pretende suprimir esse antagonismo.” (ENGELS, 2010, p. 327). Nesse sentido, poucos livros se nos afiguram tão coerentes com a perspectiva de uma história em aberto quanto esse de Engels. Podemos ouvir os ruídos advindos das ruas ocupadas pelos sonhos e lutas dos seus trabalhadores, sem consentir com o menor conformismo, dispostos a enfrentar os jogos de máscaras com que o estado social à época buscava esconder os efeitos deletérios do estado de

⁸ Tomem-se estes três exemplos: 1) “Na casa de trabalho de St. Pancras, em Londres, onde se confeccionam camisas baratas, morreu em seu leito um epilético, asfixiado durante uma crise, sem que ninguém viesse lhe prestar ajuda. Nessa mesma casa, é comum que durmam na mesma cama quatro, seis e até oito crianças.” (2010, p. 321); 2) “Na casa de trabalho de Shoreditch, em Londres, forçaram um homem a dormir na mesma cama em que se debatia um outro, vitimado por violenta febre – e a cama estava tomada por insetos.” (2010, p. 321); 3) “Na casa de trabalho de Basford, durante uma inspeção em fevereiro de 1844, um funcionário constatou que os lençóis das camas não eram trocados havia 13 semanas; dentre as roupas usadas, as camisas não se trocavam senão a cada 4 semanas e as meias, entre 2 e 10 meses – tanto que, dos 45 garotos internados, só 3 ainda tinham meias; as camisas estavam em farrapos. As camas estavam tomadas por insetos e pratos e talheres eram lavados nos vasos sanitários.” (2010, p. 322).

natureza observável na totalidade do mundo do trabalho. Contra essa trágica dialética do trabalho, a classe trabalhadora teria como contrapor-se mediante a sua organização. Semelhante expectativa nunca abandonaria o autor, mesmo nos momentos mais difíceis do seu engajamento político e cultural.

CONCLUSÃO

Engels forjou sob a figura do paradoxo a análise crítica das condições de vida dos trabalhadores na Inglaterra na primeira metade do século XIX: os elementos constitutivos do estado de natureza, segundo a célebre análise hobbesiana, encontravam-se no estado social. Tal uso não tinha o objetivo de confirmar as premissas contratualistas, e sim de refutá-las e demonstrar o acumplicimento do Estado com os setores da classe dominante. Em vez de sublimar a violência supostamente constitutiva das fases anteriores da sociedade humana, o Estado constituía-se em uma estrutura de dominação e de violência. Seria possível demonstrar essa tese por meio da investigação da precariedade material do proletariado inglês e do modo como as estruturas do Estado colocam-se sistematicamente em confronto com os membros dessa classe.

A fim de conceder a necessária concretude à sua investigação, o pensador alemão acompanha as mudanças históricas e espaciais promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra: no primeiro caso, pela transformação de grande parcela dos camponeses em trabalhadores assalariados em grandes cidades, vivendo em situação de penúria e precariedade, além do isolamento decorrente da quebra dos laços com as suas comunidades rurais originárias; no segundo caso, pelo crescimento vertiginoso do número de habitantes nessas cidades, nas quais se delineia na geografia urbana a cisão entre os locais destinados às residências burguesas e aqueles outros restantes atribuídos à classe trabalhadora – estes marcados pela falta de infraestrutura de serviços básicos e espaços insuficientes para as famílias. A fragilidade material dessas classes é manifesta nas roupas pobres – não raro andrajosas – e na alimentação insuficiente a que têm acesso. A competitividade é a norma das novas relações sociais – sobretudo entre os burgueses –, e não pode se arrefecer, porque não decorre de um simples desvio moral, mas da própria estrutura do novo sistema de organização da vida material. Os efeitos comportamentais desse imperativo econômico produzem resultados opostos a uma das promessas centrais do contrato social: a promessa de segurança.

Não obstante as adversidades e as privações numerosas desse quadro, o autor não apresenta um desfecho pessimista. Detém-se nas diversas greves protagonizadas por esses trabalhadores, que lhes exigiram muita coragem em virtude das privações que tiveram de enfrentar. Aponta como exemplar a capacidade de organização e solidariedade dos mineiros na luta por melhores condições de trabalho, cuja vitória sinalizava avanços potencialmente mais ousados no futuro. Engels objetiva assim contribuir para o exame preciso das condições materiais da classe trabalhadora e das suas expectativas de tornarem exequíveis as promessas do estado social – as quais dependeriam justo da superação do Estado e do compromisso com relações sociais solidárias e igualitárias, base de qualquer debate rigoroso sobre a segurança política efetiva de toda humanidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Johann Jakob Bachofen. *In: O anjo da história*. Edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organização de Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: investigações de antropologia política. Tradução de Bernardo Frey. Porto: Afrontamento, 1979.

DENNEHY, Anne. The condition of the working class in England: 150 years on. *In: ARTHUR, Christopher J. (ed.). Engels today: a centenary appreciation*. London: Macmillan Press, 1996.

ENGELS, Friedrich. Letter to Pyotr Lavrov. 12 [-17] November. Translated by Peter Ross and Betty Ross. *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Letters 1874-79. Collected works, vol. 45*. Translated by Peter Ross et. al. Moscow: Progress, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A era das revoluções**: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Introduction. *In: ENGELS, Friedrich. The condition of the working class in England: from personal observation to authentic sources*. London: Granada, 1979.

HOBBS, Thomas. **O leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBS, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

KENNY, Anthony. **Ascensão da filosofia moderna: nova história da filosofia ocidental**, volume III. Tradução de Célia Teixeira. Lisboa: Gradiva, 2012.

MATTEUCCI, Nicola. Contratualismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Coordenação da tradução por João Ferreira. 11. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

NETTO, José Paulo. Apresentação. *In*: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. *In*: HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Tradução de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo: Abril Cultural, 1982.